Deputado defende unificação da votação

João Aurélio de Abreu

A idéia de extinção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, durante as sessões do Congresso Nacional, voltou a ser debatida esta semana no próprio Poder Legislativo, depois que uma minoria de votos manteve o veto presidencial ao Plano de Benefícios e Custeios da Previdência Social. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) e o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) foram os que mais defenderam a tese de não mais se tomar os votos em separado dos deputados e senadores, ou seja, transformar o Congresso em regime unicameral. Atualmente, quando um projeto é aprovado pela Câmara dos Deputados, durante uma sessão do Congresso, ele pode não passar pelo Senado Federal, como aconteceu com o veto que foi rejeitado na Câmara e mantido pelo Senado.

O veto do Plano de Benefícios e Custeios da Previdência foi rejeitado pela Câmara por 264 votos, contra 41 votos a favor. No Senado, 30 senadores foram contrários ao veto, 25 a favor e uma abstenção. Se os votos fossem tomados em conjunto, o resultado da votação teria sido 294 votos, contra 66 votos a favor e o veto teria sido rejeitado. Um veto presidencial para ser derrubado precisa ser rejeitado pela maioria absoluta dos parlamentares. No caso da unicameralidade, seriam necessários 285 votos contrários.

"Não é possível se ter um sistema bicameral em que uma das casas é menos do que um quinto da outra e tem poderes de rever o que decidiu a maioria", comentou o deputado Paulo Delgado, que, durante a elaboração do texto constitucional em vigor, defendeu a extinção do Senado Federal. "É preciso entender que no Congresso Nacional estão reunidos os representantes do povo, que somam 560 parlamentares (495 deputados e 75 senadores). Por isso, não se deve fazer distinções nas sessões do Congresso", comentou.

Para ele, "o Senado Federal é a uniformidade que consagra a desigualdade, porque a eleição para senador confere peso igual a todos os estados — são eleitos três senadores para cada estado — e isso não existe do ponto de vista geográfico ou populacional", criticou Paulo Delgado. "Os senadores são eleitos com todas as distorções do voto majoritário. Daí porque a maioria deles é vinculada aos governadores e ao governo, de modo geral", disse Delgado.

Caso durante a revisão constitucional seja aprovada a emenda parlamentarista, a bicameralidade do Congresso Nacional, na opinião do deputado, se tornaria "impensável". Para ele, mantê-la "seria uma burla", pois criariam "dois votos de qualidades diferentes, já que um voto de desconfiança seria anulado pelo voto de confiança de outra Casa, que tem minoria", disse. "Isso deixaria a composição dos gabinetes sempre sob suspeição, porque não teria o apoio do Legislativo como um todo, permanecendo a crise política, que poderia provocar a queda do Governo", acrescentou Delgado.

Para o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) a votação do Congresso em duas casas separadas "é uma vetusta instituição. Ela é do século passado", comentou. "Reproduzimos uma demoníaca manipulação do passado; consagramos, à beira do século XXI, um sistema de um Congresso que não é Congresso, porque, quando ele entra em atividade, as Casas continuam separadas. Quer dizer, é uma espécie de casal que não funciona sexualmente, ou melhor, não se junta nunca: é uma farsa, a unidade não se perfaz nunca", exemplificou.

Bisol sugeriu aos senadores uma "reflexão a respeito desse assunto" porque, em sua opinião, mantendo-se a bicameralidade durante as sessões do Congresso, "o Senado vai ser aquele produto do Império, ou vai ser uma instituição modelada pela velha Câmara dos Lordes, dos ingleses: um lugar onde um governo quer ter a aparência de democracia e estabelece o sistema representativo, mas tem o cuidado de armar uma casinha onde possa manipular de tal forma que, dificilmente, nas coisas relevantes, possa perder", disse Bisol.

Givaldo Barbosa

Delgado: contra voto da minoria